

O resultado incerto de negociações precárias

Os governos do Japão, do Canadá e da Inglaterra manifestaram "apoio pleno e irrestrito" ao programa de renegociação da dívida externa brasileira, virtualmente garantindo, com isso, o fechamento do famoso pacote esquematizado há mais de dois meses em Washington, durante a reunião do FMI. Há ainda, no entanto, obstáculos a serem superados.

De um lado temos essa viagem um tanto precipitada do ministro Delfim Neto e do presidente do Banco Central, Affonso Pastore, à Europa e ao Oriente Médio. O prof. Pastore manifestava nos jornais de ontem a expectativa de "engrossar a adesão ao jumbo", com cem milhões de dólares dos árabes e espanhóis.

Ora, isso dá à medida das dificuldades ainda existentes. Cem milhões de dólares é uma quantia que até uma empresa privada nacional é capaz de obter no Exterior. Se o ministro mais poderoso do nosso governo e o presidente do Banco Central têm ambos que se deslocar atabalhoadamente para conseguir um empréstimo que corresponde a menos de um décimo dos juros que nos são debitados a cada mês, é sinal de que ainda vivemos perigosamente.

Por outro lado, o Financial Times de Londres informava recentemente que muitos bancos particulares relutavam em confirmar sua adesão ao pacote, exigindo que antes o FMI lhes desse garantias formais de que as instituições financeiras de governos, particularmente o Eximbank e o Banco da Inglaterra, entrariam com suas respectivas parcelas.

Ao mesmo tempo, lá em Londres, numa reunião de importantes banqueiros internacionais, segundo a imprensa, patenteava-se franco ceticismo em relação ao caso brasileiro. Aliás, pouco diferente daquele que se manifesta aqui dentro mesmo. Os especialistas ingleses pensam que em março próximo o FMI constatará que o Brasil não teve condições de cumprir as intenções declaradas na sua quarta carta e terá de abrir negociações para um novo waiver. Em meados do ano que vem, segundo esses analistas, novo pacote de reciclagens terá de ser discutido com os bancos comerciais e governos. Enfim, um recomeço da mesma lengalenga que temos presenciado até agora.

Essa visão é em certa medida corroborada pela presença obviamente ansiosa, entre nós, de dois técnicos do FMI, a já conhecida profa Ana Maria Jull e seu companheiro de missão, Henri Ghesquière. O esforço oficial e oficioso para tornar desimportantes essas presenças não ilude ninguém. Sem estarmos presentes por trás das cortinas ou debaixo dos sofás dos gabinetes ministeriais, podemos ter certeza de que a dupla Jull-Ghesquière trata de obter respostas razoavelmente tranquilizadoras para a pergunta que qualquer jornalista brasileiro está fazendo a si próprio e às autoridades: em que se fundamentam elas, realmente, para acreditar que a inflação vai baixar? E se estiverem conseguindo dos interlocutores apenas os mesmos argumentos e raciocínios que os jornalistas obtêm, sem nenhuma elucidação concreta a respeito das medidas que o governo pretende tomar, não há dúvida de que a ansiedade nas hostes do sr. de Larosière vai crescer muito.

Já dissemos em comentário anterior que, ao conceder um waiver ao Brasil, o próprio FMI estava pondo em jogo a sua reputação, pois um novo fracasso do Brasil, na tentativa de cumprir as metas acordadas, deixará a venerável instituição à mercê de críticas não apenas dos seus sócios, mas também de toda a comunidade financeira internacional. Não temos dúvida, portanto, de que a presença dos dois técnicos significa que o

FMI decidiu fazer marcação homem a homem, isto é, manter estreita vigilância sobre o dia-a-dia financeiro do nosso governo, para depois não ser surpreendido com imprevistos e ter de ouvir desculpas esfarrapadas ou inverificáveis. Por outro lado, podemos ter quase certeza, também, de que o FMI está, neste momento, exercendo forte pressão para que os outros participantes do pacote de apoio ao Brasil cumpram sua parte, uma vez que qualquer falha será pretexto para que o governo brasileiro se afaste das metas.

Ora, tudo isso configura uma situação que além de não proporcionar solução verdadeiramente válida, como já dissemos, pois não garante meios e espaço para que a economia brasileira volte a crescer — ao contrário, só garante o agravamento da crise social interna —, ainda se mostra excessivamente instável e precária. O enorme esforço para manter o pacote amarrado e fazê-lo funcionar a contento nos parece desproporcional aos eventuais benefícios que tanto o Brasil quanto seus parceiros dele possam retirar. É rematada tolice — para usar a expressão tão do agrado do ministro Delfim Neto — estarmos gastando praticamente toda a nossa energia política, diplomática e administrativa nessa amarração, sem sequer tentarmos enveredar, junto com os credores, por um caminho mais sólido, mais racional e mais gratificante a prazo médio e longo.

As condições para uma renegociação da dívida externa em termos que permitam desanuviar o horizonte, garantir-nos espaços internos para crescer, e até melhorar as relações com credores e investidores estrangeiros, estão amadurecendo a olhos vistos para todo mundo que acompanha o noticiário econômico internacional ou que tenha freqüentes contatos com o Exterior. Só o nosso governo não dá mostras de perceber isso nem mostra sinais de existir, de tal modo que nos arriscamos à humilhação de os próprios credores terem de nos dizer que, do jeito que estamos negociando, as coisas jamais darão certo, para então proporem a fórmula que nos permita cumprir realmente nossos próprios compromissos.

É evidente que já não mais podemos, a esta altura, imputarmos essa falta de percepção aos nossos bisonhos negociadores. Até eles já devem ter percebido, neste momento, que não estão caminhando para qualquer solução; mas apenas trocando de problemas. A verdadeira omissão é daqueles que detêm autoridade maior e pensam que a imagem de um estadista é formada por fotografias de jornal. Por isso, em vez de falar grosso onde devem e com quem devem, preferem descompor fotógrafos e erguer dedos para narizes errados.